

# EDUCAÇÃO, TRABALHO E CIDADANIA<sup>1</sup>

Ivonete Terezinha Tremea Plein<sup>2</sup>

## Resumo

*O artigo apresenta, em três partes, uma discussão teórica sobre a relação entre educação, trabalho e cidadania. A primeira refere-se ao tema produção econômica, social, cultural e educação. Num segundo momento aborda-se questões sobre a articulação e desarticulação entre trabalho e educação. Na terceira discussão, refletindo sobre a prática pedagógica, o tema aprendizagem e formação do ser humano. Do ponto de vista das conclusões destaca-se que a educação precisa preparar o estudante para sua prática social, e nesta está incluída sua preparação profissional, não no sentido de atender aos interesses de uma minoria, mas de efetivar sua cidadania. Percebe-se que poucas coisas fazem realmente diferença e, uma delas, são as formas de aprendizado. Diante de tanto “progresso” e “transformação”, o grande trunfo do cidadão ainda é a educação, nas suas mais diversas formas e esferas. Pois a capacidade de entender e criar é certamente aquela que pode libertar.*

**Palavras-chave:** ensino-aprendizagem, cidadania, mundo do trabalho.

## Introdução

Diante do atual processo de globalização, se faz necessário pensar que tipo de educação está sendo instituída e quais os compromissos assumidos na formação dos educandos.

Considerando as desigualdades sociais, políticas e econômicas no mundo, percebe-se que a globalização, da forma como vem

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão revisada do trabalho apresentado em 2004 à Disciplina de Metodologia do Ensino Superior, do Curso de Pós-Graduação *Lato sensu* “Informática em Educação” (UFLA), sob coordenação do Prof. M. Sc. Lucimar Leão Silveira (2002).

<sup>2</sup> Licenciatura Plena em Geografia (UNIOESTE); Especialista em Informática em Educação (UFLA). Assistente Técnico Pedagógico (Centro de Educação Profissional Getúlio Vargas). Endereço: Rua Ernesto Holtz, S/N, São Miguel do Oeste, SC, Cep: 89900-000. E-mail: itplein@ig.com.br.

ocorrendo, tem sido impulsionada sobretudo pelo mercado/capital/lucro. Sendo, portanto, instrumento de exploração e exclusão. Reduzindo a grande massa da população mundial, a simples instrumento (descartável) de produção, deixando imperar a pobreza pelo mundo. Enquanto as riquezas se acumulam num processo cada vez mais acelerado (SANTOS, 2001).

A educação, nesse processo, tem sido usada como forma de manipulação. Mesmo em políticas, como as do neoliberalismo, alicerçadas no mercado, a educação não deixa de ser utilizada como controladora da sociedade. Diante dessa realidade, educar para uma cidadania plena, onde cada indivíduo possa ser livre e agente participativo na construção de um mundo mais igual, parece ser utópico.

É preciso refletir e assumir nosso compromisso social como educadores, na formação de cidadãos conscientes de seu poder de atuação e transformação. Temos a responsabilidade de repensar as políticas educacionais nas quais estamos inseridos e questionar nossa prática pedagógica.

Nessa perspectiva, este trabalho, apresenta três discussões teóricas. A primeira refere-se ao tema produção econômica, social, cultural e educação. Num segundo momento aborda-se questões sobre a articulação e desarticulação entre trabalho e educação. Na terceira discussão, refletindo sobre a prática pedagógica, o tema aprendizagem e formação do ser humano. Não se pretende aqui, analisar e defender uma ou outra Teoria da Educação, o que se busca é uma reflexão das práticas pedagógicas. Mas é imprescindível dizer que minhas argumentações vão de encontro a uma educação emancipatória, que tenha como objetivo formar cidadãos capazes de atuar como agentes construtores de sua própria história.

### **Produção econômica, social, cultural e educação**

A atual conjuntura de globalização em que o mundo se encontra é decorrência de amplas transformações em todo o planeta.

As civilizações mais antigas já determinavam seu poder pela amplitude de suas relações, sobretudo comerciais, com povos de outros territórios. O desenvolvimento do comércio fez com que todos os recantos do planeta fossem conhecidos, ao mesmo tempo que os meios de transporte foram aprimorados e as técnicas de comunicação adaptadas, a produção e a divisão do trabalho tornaram-se marcos

decisivos nas relações entre as diferentes nações do mundo.

Não há dúvidas de que a globalização se faz presente sobretudo no aspecto econômico. O que não é de se admirar, já que vivemos em um mundo capitalista, em que quase toda ação humana gira em torno do capital.

No início do sistema capitalista as relações de interdependência na produção e comercialização se davam entre as metrópoles e as colônias. Hoje é entre os países considerados detentores de tecnologia e capital e os dependentes. Pouca coisa mudou, no que diz respeito a dependência e exploração da maioria em benefício de poucos, o que mudou foi a forma e os instrumentos usados para essa dominação.

No mundo moderno e pós-moderno é muito representativo o papel das tecnologias avançadas, que favorecem uma aceleração intensa na circulação de mercadorias, pessoas e capital, bem como na comunicação e difusão de idéias e hábitos em todo o mundo. O modo de vida está sendo globalizado pelo capital e acelerado pela tecnologia.

Desde que o ser humano começou a se organizar em comunidades, que mais tarde tornaram-se organizações de Estado, há uma constante disputa pelo poder entre os povos. Para isso foi preciso que cada nação se tornasse soberana, ou seja, que tenha autonomia para tomar decisões e estabelecer normas para o coletivo de sua população. Hoje essa soberania já não é mais exercida (exclusivamente) pelo Estado. Já alertava IANNI (1993) sobre o poder econômico, político e militar que as grandes empresas imprimem sobre as pequenas nações.

No final do século XIX e principalmente no século XX, com a evolução crescente do conhecimento e das técnicas, algumas nações obtiveram vantagens de poder sobre as outras, devido a terem como aliadas de sua soberania grandes empresas e instituições, que dispoem de capital e apoiadas pelo poder político e militar de sua nação de origem, se espalham pelo mundo, impondo suas políticas neoliberais. Assim representam, de um lado um instrumento forte de soberania de determinados países; de outro, superam a soberania de países com menos poder, já que, conseguem impor suas condições aos países dependentes, especialmente de tecnologia e capital.

Permanecem com o poder de manipular determinados mercados e até a economia de certos países “ditos subdesenvolvidos”, além de interferirem (e até mesmo determinarem) em ações e decisões

das políticas governamentais, inclusive na educação. Prova disso são os programas de educação em massa implantados no Brasil nas últimas décadas, com o objetivo não de educar para a cidadania, mas para preparar “recursos humanos” flexíveis, que estejam a disposição do mercado consumidor de mão-de-obra.

A capacidade decisória dos governos é reduzida ou mesmo bloqueada. O trabalhador sob dupla exploração, deve produzir excedentes para atender as exigências dos setores nacionais e estrangeiros, devendo adaptar-se as condições do mercado, ficando o governo isento de seu papel regulador, passando esse a ser exercido pelo mercado, que não mais é baseado em produção e consumo em massa, mas é cada vez mais especializado. Dessa forma o desemprego não é mais considerado um problema de ordem governamental, mas oriundo da incapacidade pessoal do trabalhador de adaptar-se a “nova ordem mundial”.

Sobre isso SANTOS (2001, p. 72) faz a seguinte reflexão: “Examinado o processo pelo qual o desemprego é gerado e a remuneração do emprego se torna cada vez pior, ao mesmo tempo em que o poder público se retira das tarefas de proteção social, é lícito considerar que a atual divisão “administrativa” do trabalho e a ausência deliberada do Estado de sua missão social de regulação estejam contribuindo para uma produção científica, globalizada e voluntária da pobreza

As políticas globais do capital implicam em relações de dependência aos países dominados, estando presentes na economia, na sociedade e na cultura, afetando a soberania da nação e limitando a do povo. Trazem para o país idéias e fórmulas para resolver todos os problemas. É difícil para o Estado, manter a soberania e ao mesmo tempo inserir-se na economia mundial dominada pela acumulação flexível.

Diante dessa situação, o que se percebe é que na prática, cada vez mais existe pobreza, desemprego, violência. Cada dia mais pessoas são excluídas do sistema. Em resposta surgem novos movimentos, embasados na solidariedade, nas singularidades, que buscam novas alternativas, uma outra forma de globalização, mais justa, mais fraterna. Que contrapondo-se às políticas neoliberais, lutam por uma educação voltada a cidadania, que priorize o homem como um ser social, não unicamente produtor (ou não) de bens materiais.

Assim, em todo o mundo, juntamente com ataques terroristas, com a violência urbana, etc., andam bandeiras pedindo paz,

igualdade, justiça...

A educação, nesse contexto se apresenta de diferentes formas, nas diferentes regiões do mundo. O ensino técnico no Brasil, é um exemplo disso, vem atender novamente uma exigência mundial. Digo novamente porque me parece que, de certa forma já aconteceu com a Escola Tecnícista, quando tudo era gerado em torno da produção e consumo em massa.

Compreende-se, então, que para a pedagogia tecnicista a marginalidade não será identificada com a ignorância nem será detectada a partir do sentimento de rejeição. Marginalizado será o incompetente (no sentido técnico da palavra), isto é, o ineficiente e improdutivo. A educação estará contribuindo para superar o problema da marginalidade na medida que formar indivíduos eficientes, portanto, capazes de darem sua parcela de contribuição para o aumento da produtividade da sociedade (SAVIANI, 1995, p. 25).

Hoje o ensino técnico, objetiva a formação de trabalhadores que sejam capazes de se manter empregados, ou seja, uma educação voltada a formar “recursos humanos” flexíveis à empregabilidade. Dessa forma, outra vez, o desemprego e a conseqüente pobreza, não são problemas de ordem pública e sim individual, já que a responsabilidade do desemprego recai sobre o indivíduo que será considerado ineficiente ou desajustado do mercado de trabalho.

Assim, a educação deixa de ser emancipatória, e passa a fazer parte da condição neoliberal da pós modernidade, sendo instituído apenas como um trabalhador incluído ou excluído do processo globalizatório.

Cabe aos educadores e as instituições sociais, refletir, reagir e agir, buscando encontrar formas de transformar a globalização, num processo igualitário possível, tanto nas esferas econômicas como políticas, sociais e culturais.

O educador precisa para efetivar plenamente sua tarefa educativa, manter uma relação consciente para com o papel do trabalho educativo na formação daquele indivíduo-educando-concreto que tem diante de si e para com as implicações desse trabalho educativo na produção e reprodução da vida social. Em outras palavras, não basta formar indivíduos, é preciso saber para que tipo de sociedade, para que tipo de prática social o educador está formando cidadãos (DUARTE, 1999, p.25).

Não há como negar o poder do mercado em nossa sociedade, mas isso não significa que as pessoas devem ser preparadas como se fossem mercadorias, atendendo unicamente as exigências do mercado consumidor de mão-de-obra. A educação não deveria prestar-se ao papel de formar seres humanos (objetos) aptos, ao invés, de cidadãos conscientes, capazes e criativos. Cabe aos educadores, inclusive do ensino técnico, questionar sua prática pedagógica, refletir qual seu compromisso com a formação emancipatória. Admitindo que a educação pode ser usada tanto para alienar como libertar, precisamos ter claro nosso compromisso social, diante de tantas transformações e exigências. Como alertava FREIRE, (1987, p.158): “Se todo desenvolvimento é transformação, nem toda transformação é desenvolvimento”.

A partir das transformações que ocorrem na sociedade, há também transformações na educação. Essas, nem sempre significam progresso, já que muitas vezes as inovações são limitadas ou controladas por um descomprometimento com uma sociedade justa. Devendo-se, portanto, efetivar uma prática pedagógica com direção política e um saber-fazer bem claros, para que haja um compromisso social em formar cidadãos críticos e capazes, que possam se tornar agentes sociais atuantes, participativos e transformadores.

A humanidade necessita de novas direções a serem tomadas para conseguir restabelecer-se como “sociedade” e isso muito depende da educação libertadora. Isso nos remete a ANDRADE (1999) que afirma ser a reformulação democrática das estruturas sociais, fator indispensável para que a Terra seja salva e para que o homem possa conviver em clima de civilidade.

### **Articulação e desarticulação entre trabalho e educação**

Seria praticamente impossível pensar a humanidade sem pensar em suas relações de trabalho, já que é este o grande propulsor de descobertas e transformações.

A humanidade, desde os tempos mais remotos, encontrou no trabalho a maneira de satisfazer suas necessidades. Antes, de maneira simplificada, tanto quanto suas necessidades também eram básicas. Com o tempo, as relações sociais foram tornando-se mais complexas, novas necessidades precisavam ser satisfeitas e as relações de trabalho também vão tornar-se mais complexas.

O homem pôde através do trabalho, transformar a natureza e

sua própria existência. O trabalho deixou de ser apenas o ato de transformar a natureza, passando a ser parte integrante do próprio homem, condição necessária para sua identidade, formador das relações sociais em todo o mundo.

Em alguns lugares mais, em outros menos, o trabalho passou a ser condição de dignidade para as pessoas e meio pelo qual se poderia viver em sociedade. Em muitos momentos da história da humanidade e na sociedade brasileira, o trabalho não pode ser concebido como um meio de dignidade e socialização. Ele é, por vezes considerado imoral, desumano e meio de exclusão social.

Assim, é preciso pensar a educação dentro de um contexto de trabalho e de tecnologia, para que não se perca de vista o papel socializador da escola e do trabalho.

“O trabalho dignifica o homem”. Eis uma máxima dita e repetida no mundo todo. Podemos ver nela expressa, a influência marxista, pois para MARX (1958): o trabalho seria a própria identidade do homem, como ser transformador e criador e também como forma de organização social, já que as relações de trabalho, seriam a força de união do povo na construção de uma sociedade mais igualitária.

Sem dúvida, foi pelo trabalho que o homem se diferenciou dos outros animais na natureza, criando seu modo próprio de vida e desenvolvendo a partir daí suas relações em sociedade. Através do trabalho o mundo é transformado, e as necessidades continuamente satisfeitas.

Em algumas civilizações antigas, como na Grécia, o trabalho era visto como um ato humilhante, por isso desempenhado por escravos e prisioneiros, considerados seres “menores”. Mas essa concepção de trabalho não difundiu-se pelo mundo, ao menos não dessa maneira, mas seus resquícios estão presentes no trabalho como meio de exploração e exclusão social, como o caso da escravidão brasileira, e suas conseqüências presentes até hoje.

Aliás, as concepções em torno do trabalho difundiram-se pelo mundo justamente ao mesmo tempo que o capitalismo. Já que antes o trabalho era sinônimo de sobrevivência e ele não tinha um valor material, mas de existência.

Com o surgimento e desenvolvimento do capitalismo, desde a instituição da propriedade privada, o trabalho passa a ser considerado um bem material, uma fonte de renda para quem o executa e uma maneira de controle para quem o compra, tornando assim, as relações de trabalho complexas.

O trabalho, visto como um meio para alcançar um objetivo, tornou-se uma mercadoria e meio de alienação. Deixou de ser apenas um meio de transformação da natureza e tornou-se a força de trabalho vendida para produzir mais valia.

Dessa forma o trabalho se torna algo externo ao homem, deixa de fazer parte de si mesmo e passa a pertencer aos que pagam pelo seu trabalho. Os proprietários dos meios de produção são donos inclusive da força de trabalho presente em outro ser humano (o proletariado), que se vê obrigado a vender seu único bem em troca de um salário que deveria garantir sua reprodução social. O que no entanto nem sempre acontece, prova disso são as incontáveis tentativas de movimentos do proletariado pelo mundo, em defesa de melhores condições de trabalho e salários compatíveis com o lucro que sua força de trabalho propicia.

No Brasil, o trabalho escravo foi por séculos utilizado para gerar riquezas e acúmulo de capital, não só pelos bens produzidos, mas também porque o próprio escravo era considerado uma mercadoria. O trabalhador, nessa condição de escravo, não tinha sequer o direito de vender sua própria força de trabalho, já que ele sendo considerado uma mercadoria, sua força de trabalho era propriedade do seu dono.

Com a Revolução Industrial, o fim da escravidão e a Proclamação da República, o trabalho no Brasil é repensado, passa por transformações como já havia ocorrido em outros países da Europa e da América. Mas até pelos resquícios da escravidão essas inovações continuam sendo excludentes. O ex-escravo e seus descendentes são considerados incapazes de fazer bem um trabalho, a imigração europeia é incentivada. O racismo está presente, na tentativa de branquear a sociedade brasileira.

Mas o mundo capitalista está se transformando. As relações de trabalho são cada vez maiores e o proletariado tenta unir forças para lutar por seus direitos, criando, por exemplo, os sindicatos de classe. Os avanços da ciência são expressivos e o mundo entra em crise econômica, depois em guerra, e aí os avanços tecno-científicos são incontáveis, os meios de comunicação e transporte difundem-se pelo mundo.

O Brasil não está fora desse contexto. Abrem-se as portas para o capital estrangeiro, busca-se o desenvolvimento e o progresso a qualquer custo (e o custo seria maior, sem dúvida, aos trabalhadores, deixados a margem do desenvolvimento). Cresce a organização e a repressão social, a ditadura vence.



No mundo, o momento é de grandes transformações, crescem os movimentos sociais, criam-se novas relações sociais e de trabalho. A tecnologia chegou em todos os recantos do planeta, modificando o cotidiano das pessoas. Em alguns lugares antes, em outros depois. De maneira sutil e quase imperceptível ou forte e dominante. De qualquer forma sua ação trouxe grandes transformações, que de acordo com HOBBSAWM (1995) são especialmente de ordem social e cultural, que caracterizaram a chamada “Era de Ouro”, no período pós-guerra.

No mundo capitalista o trabalho deixa de ser visto como o meio pelo qual o ser humano satisfaz suas necessidades, transformando a natureza e passa a ser visto como fonte de acumulação de riqueza, de um lado e meio de sobrevivência de outro. Dessa forma difundiram-se novas necessidades, novos hábitos.

As transformações nas relações de trabalho, de capital, de produção, de consumo, nunca mais serão as mesmas. O ser humano, descobriu a máquina para substituir as mãos humanas, ganhando em tempo e produtividade. A comunicação como meio de alienação e difusão. A propaganda gera consumo em massa para a produção em massa, um dos princípios do fordismo.

No Brasil essas transformações também ocorreram na educação, buscando o ensino técnico para atender as novas exigências do mercado. Com tantas mudanças e a influência mundial, surge, timidamente a democracia e a partir dos anos oitenta ressurgem as discussões em torno do papel da escola e da função do professor.

As redes e a globalização aproximaram e difundiram as informações pelo mundo. Nunca o conhecimento da humanidade esteve tão difundido, e o acesso a ele tão restrito. Como diz HARVEY (2000), caem as barreiras do espaço e do tempo, porém de maneira desigual.

O trabalho não foi excluído em todos esses processos de transformação do mundo capitalista. O que houve, foi uma reformulação de suas relações em sociedade, que com a acumulação flexível torna-se tão flexível quanto o capital, quanto as formas de produção e distribuição de mercadorias. O trabalho é flexível em suas relações no mundo atual e, sem dúvida, é também excludente, na medida que milhares de pessoas estão sem trabalho, excluídas do sistema pelos mais diferentes motivos e, outros milhões tem no trabalho, não a garantia de reprodução social, mas apenas o mínimo para manter-se vivo.

De qualquer forma ainda é na realização do trabalho que o

homem vê expressa sua condição de ser humano. E no nosso trabalho como educadores, podemos escolher entre sermos mediadores de um processo de aprendizagem crítica e socializadora ou servirmos como fonte de alienação a serviço do capital.

A educação, precisa preparar o estudante para sua prática social, e nesta está incluída sua preparação profissional, não no sentido de atender aos interesses de uma minoria, mas de efetivar sua cidadania.

“A boa escola será aquela que desperte ou estimule a consciência crítica, que não deforme a história, que não ignore os vastos espaços da realidade social, que não oculte ou desqualifique o conflito, enfim, que não reprima, que liberte” (TAMARIT, 1996, p.61).

Para que o processo de formação realmente ocorra é necessário mais do que um repasse de conteúdos. É preciso que o aluno seja envolvido, podendo sentir-se parte atuante do processo de ensino-aprendizagem, podendo relacionar sua realidade com a prática da educação. Assim, nenhum conteúdo pode ser isolado ou limitado à teoria. Deve fazer parte da vida do estudante, e conseqüentemente, da sociedade em que está inserido. Mas essa sociedade é repleta de desigualdades e injustiças, que de forma alguma devem diminuir a importância e a consciência do ato de educar e formar cidadãos, ao contrário, poderá ser a forma de transformar a sociedade, e o educando é este agente transformador.

Assim, partindo do princípio de que para mudar a sociedade devemos mudar a educação e de que é a sociedade que muda a educação, (como a própria história se encarrega de nos mostrar através dos tempos), se quisermos sonhar, e quem sabe construir, uma sociedade justa e igualitária, é preciso inicialmente, uma educação que liberte o aluno de todo tipo de alienação, para que ele possa, através de uma participação crítica e consciente, contribuir no processo de construção dessa sociedade. Além disso, a ciência precisa estar comprometida com toda a sociedade, e isso só acontecerá quando nossos cientistas forem, acima de tudo, cidadãos conscientes do seu papel na sociedade, assim como os professores, ou seja, comprometidos com o bem-estar de todos os cidadãos. Pois se até hoje a educação “evoluiu” de acordo com o interesse de poucos, poderá também evoluir em conformidade com os anseios de muitos.

Nas palavras de FERGUSON (1992, p.265): “Só se pode ter uma nova sociedade (...) se for modificada a educação da geração mais jovem. Contudo, a nova sociedade é a força necessária para a mudança na educação”.

## **Aprendizagem e formação do ser humano**

A escola, como instituição social, e todos que dela fazem parte (professores, alunos, currículo e demais segmentos), têm um papel fundamental na formação de uma sociedade justa e fraterna, sem com isso desvincular-se do desenvolvimento da pesquisa e do conhecimento científico. Assim o ensino é sistematizado e a aprendizagem é um acúmulo de conhecimentos que vão corresponder ao crescimento e a participação social do indivíduo.

Partir do conhecimento cotidiano que o aluno dispõe é, sem dúvida, fundamental para que eles sintam-se valorizados e, sendo assim, demonstrem mais interesse nas atividades que desenvolvem. Para DUARTE (1999), esse saber cotidiano não é o mesmo para todos os indivíduos, cada um tem um saber particular em decorrência de suas experiências de vida, que são diversificadas.

O que muitas vezes acontece é que o meio se torna o fim, e o aluno não tem o contato necessário com outro saber que não aquele do seu cotidiano. Nesse momento a escola perde sua função de propiciar a construção do conhecimento científico, tornando-se apenas mais um instrumento utilizado pela classe dominante para alienação e exploração, em nome de uma ciência irreal.

Já disse FRANCIS THOMPSON (*apud* FERGUNSON, 1992, p.264), “são vocês, com suas fisionomias alienadas, a quem escapam as coisas mais maravilhosas”. A sala de aula e, mais precisamente, os estudantes são essas “coisas maravilhosas”, cheios de sonhos e ideais, buscam a liberdade de expressão, querem falar e fazer as aulas acontecerem de uma maneira atraente. Os estudantes não querem decorar nosso discurso, nem seguir regras simplesmente.

“Há uma relação entre a alegria necessária à atividade educativa e a esperança. A esperança de que professores e alunos juntos podemos aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos resistir aos obstáculos à nossa alegria” (FREIRE, 2002, p.80).

Enquanto não se trabalhar de forma que aluno saiba para que vai usar o conhecimento, nossas aulas podem até ser diferentes, divertidas, descontraídas, legais, mas não estaremos cumprindo nosso verdadeiro papel como educadores que é contribuir para uma educação de qualidade, e a formação libertadora. Os estudantes sabem disso, e gostam das aulas quando são úteis para a realização de sonhos como o de uma sociedade mais justa e igualitária, que saiba respeitar a diversidade.

O processo de ensino-aprendizagem é muito mais do que o repasse de conteúdos pelo professor e a memorização deste pelo aluno. Compreende a soma de atitudes que transformem a aula em uma construção de saberes.

Ensinar, é muito mais do que “conhecer” os conteúdos dispostos em um livro didático e ir para uma sala de aula, falar tudo para o aluno, deixar ele responder o questionário, decorar as questões ou a fala do professor e escrever tudo em uma “prova” no final do “capítulo”. Colocar certo ou errado de acordo com o livro e ver, se o aluno “aprendeu” ou não. Se ele “acertar” mais da metade está bom, se menos, não tem vontade. Essa é, muitas vezes, a regra geral.

É muito comum ver isso acontecendo, não se pode condenar simplesmente esse método. Usar o livro didático, fazer questionários, provas, aulas expositivas, pode ser muito proveitoso, em se tratando de uma alternativa a mais no processo de ensino-aprendizagem. Mas é muito improdutivo como método padrão, usado em todas as aulas, para todo tipo de abordagem. O método pelo método é sempre questionável.

A expressão ensino-aprendizagem, lembra uma interdependência entre o ensinar e aprender. E nem poderia ser diferente, se temos consciência de que ensinar é importante para que alguém possa aprender, e não tem como aprender, se de alguma forma, não se tiver acesso ao ensino. Para isso se faz necessário que o professor, desempenhe um papel bem mais amplo do que repassar conteúdos. Seja organizador, estimulador, orientador, supervisor do grupo. Assim o professor tem que conhecer realmente o conteúdo que irá trabalhar, tem que planejar todas as etapas de atividades que serão desenvolvidas, visando atingir os objetivos propostos. Sem esquecer, é claro, de que isso tudo será em vão se não envolver o aluno no processo para que ele esteja durante todo o tempo aprendendo, desenvolvendo suas capacidades em cada novo conhecimento, fazendo relações com o que já sabe e utilizando-os para construção de atitudes e valores.

“Se não morre aquele que escreve um livro ou planta uma árvore, com mais razão não morre o educador que semeia vida e escreve na alma”. Bem disse o poeta alemão BERTOLD BRECHT. O professor pode ser imortalizado, do mesmo modo que o conhecimento, se for expressivo, seguro e amigo. Porém, pode ser passageiro e inútil, se não conseguir despertar no educando a ânsia pelo novo, pela vida, pelo poder de suas atitudes construtoras na sociedade, tendo em si o conhecimento para sempre.

Tudo o que é meramente repetição é cansativo. Se as aulas forem sempre iguais, podemos até considerá-las ótimas, criativas, construtoras de conhecimento. Mas não serão para o aluno, eles pensam diferente de nós, e não somos superiores a eles. Não podemos ignorar suas idéias, seu modo de viver, seu jeito dinâmico de ser.

Para contribuímos realmente com a formação de um cidadão capaz de conhecer e transformar a sociedade precisamos evoluir, sair dos livros (sem ignorá-los), ter humildade de reconhecer que ser professor não nos dá o direito de sermos donos da verdade, nem de que já aprendemos tudo. É preciso lembrar que o conhecimento é algo em construção.

Por muito tempo o professor ditava as regras, que deveriam ser fielmente cumpridas pelos alunos, caso contrário, esses eram punidos. Hoje, reconhece-se que essa forma de educar, em muitos aspectos, foi falha. Na ânsia de acertar, nós educadores estamos continuamente tentando integrar os alunos em sala de aula, cultivando a criatividade e a participação.

Na minha prática educativa, sinto que algo faz muita diferença. A possibilidade de trocar experiências e a descoberta fantástica de que se bem planejadas, as nossas atividades podem ser bem mais produtivas. Se formos para a sala de aula seguros daquilo que queremos, o processo de ensino-aprendizagem realmente ocorre, sobretudo, se deixarmos o medo de lado e apostarmos na liberdade de expressão e atuação do educando, que envolvido na aula faz com que o nossa atuação seja realmente importante e indispensável. Para entendermos nosso papel, nenhuma avaliação é melhor e mais minuciosa que aquela que permite a discussão, ouvindo o que os alunos e seus pais tem para nos dizer.

### **Considerações finais**

Vivemos na era da informação, da acumulação, da flexibilidade, da globalização. Usamos as mais variadas denominações para nos referirmos a sociedade da qual fizemos parte e ajudamos a construir e transformar.

Enquanto cidadãos do mundo, vivemos as diferenças existentes na sociedade. Enquanto educandos, tentamos aprender algo mais para nos sentirmos menos alienados e mais integrados às “eras”. Enquanto educadores, tentamos acertar o máximo para que a educação seja efetiva e libertadora.

Percebe-se que poucas coisas fazem realmente diferença e, uma delas, são as formas de aprendizado. Diante de tanto “progresso” e “transformação”, o grande trunfo do cidadão ainda é a educação, nas suas mais diversas formas e esferas. Pois a capacidade de entender e criar, é certamente aquela que pode libertar.

Para falar de como a educação é transformadora e da importância de um compromisso social, cabem as palavras de FREIRE (2002, p.153), “Minha segurança não repousa na falsa suposição de que sei tudo, de que sou o “maior”. Minha segurança se funda na convicção de que sei algo e de que ignoro algo a que se junta a certeza de que posso saber melhor o que já sei e conhecer o que ainda não sei.

A prática de uma pedagogia emancipatória, aquela comprometida com a verdadeira formação de cidadãos, conscientes de seu papel transformador, não pode de maneira alguma estar desvinculada do princípio da autonomia.

Autonomia esta, baseada na ética, na liberdade, na construção do conhecimento, entre tantos outros princípios de igual valor. Numa tentativa constante de que se possa através da educação, seja ela de qualquer nível, buscar uma sociedade mais justa, mais humana. Onde a vida humana, os sonhos e as possibilidades, sejam respeitadas, de maneira que cada homem ou mulher, sabendo-se ser inacabado e capaz, possa crescer em sua forma de aprender e/ou ensinar, fazendo-se ser participante da história, como agente atuante e transformador.

## **EDUCATION, WORK AND CITIZENSHIP**

### **Abstract**

*The article presents in three parts a theoretical discussion on the relation between education, work and citizenship. The first refers to the topic, economic, social, cultural production and education. In a second moment we approach issues about articulation and disarticulation between work and education. On the third discussion, thinking about the pedagogical practice, the topic learning and human grow through education. From the concluded point of view it's outstanding that the education needs to prepare the student for the social practice and in it, it is included his professional preparation, not in the sense of helping the interest of the minority, but to effectuate his citizenship. We realized that a few things matter and one of them, is the way of learning. From such a "progress" and "transformation" the trump card of the citizen still is the education, in its several ways and spheres. Because the capacity of understanding and create , it is certainly that one that can liberate.*

**Key words:** *learning teaching, citizenship, world of work.*

### **Referências**

ANDRADE, Manuel Correia. **Uma geografia para o século XXI**. 2 ed. Campinas: Papyrus, 1999.

COTRIM, Gilberto. **História do Brasil: um olhar crítico**. São Paulo: Saraiva, 1999.

DUARTE, Newton. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a Escola de Vigotski**. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 1999.

FERGUSON, Marilyn. **A conspiração aquariana**. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 21 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**. 25 .ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 9.ed. São Paulo: Loyola, 2000.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **O Labirinto latino-americano**. Petrópolis, RJ:

Vozes, 1993.

MARX, Karl. **O capital**. 3. ed. São Paulo: Brasil Editora, 1958.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 1995.

\_\_\_\_\_. **Escola e democracia**. 29. ed. Campinas: Autores Associados, 1995.

SEDREZ, Suzana. **Educação pública: democratizar com que competência?** 2. ed. Blumenau, Letra Viva, 1996.

SILVEIRA, L. L. **Metodologia do ensino superior**. Lavras:

UFLA/FAEPE, 2002.

TAMARIT, José. **Educar o soberano**. São Paulo: Cortez, 1996.

**Recebido: 19/04/2006**

**Aprovado: 25/06/2006**



This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.